

HABEAS CORPUS Nº 550.073 - PR (2019/0364480-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA
- PR011078
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOHNNY ROBSON DE PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

JOHNNY ROBSON DE PAULA alega sofrer constrangimento ilegal diante do **excesso de prazo para julgamento da Apelação n. 0004031-45.2018.8.16.0088**.

Nesta Corte, a defesa ressalta que os recursos interpostos pelo Ministério Público e pela defesa contra a sentença condenatória foram encaminhados à segunda instância e estão sem movimentação desde 25/7/2019, oportunidade em que a Juíza relatora "converteu o feito em diligência para que a 3ª Câmara Criminal contatasse a Vara de origem para que as mencionadas provas [arquivos em formato de vídeo colhidos pelas câmeras de segurança da Secretaria Municipal de Segurança] fosse (sic) devidamente juntadas no sistema Projudi" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Indeferida a liminar (fls. 34-35) e prestadas as informações (fls. 21-29), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 41-43), que opinou pela denegação da ordem.

Decido.

Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

Consoante a orientação desta Corte Superior, "O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de

improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ)" (**RHC n. 58.274/ES**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/9/2015).

Conforme esclarecido na decisão que indeferiu a medida de urgência, os esclarecimentos prestados pelo Tribunal *a quo* permitem verificar que: a) o paciente foi condenado, na sentença proferida em **10/4/2019**, à pena de **28 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 dias-multa**, como incurso nos arts. 157, § 3º, parte final, do Código Penal, e 244-B da Lei n. 8.069/1990; b) **tanto a defesa quanto o Ministério Público recorreram**; c) os autos foram **recebidos em segunda instância no dia 17/5/2019**; d) em **23/5/2019**, foi aberta vista dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça; e) em **15/7/2019**, foi acolhida a manifestação ministerial e convertido o julgamento em diligência, para que se providenciasse a juntada aos autos dos "arquivos de vídeo colhidos pelas câmeras de segurança da Secretaria Municipal de Segurança de Guaratuba, bem como para que fosse liberado o acesso [ao] conteúdo dos depoimentos prestados nos autos principais" (fl. 25); f) em **25/7/2019**, a Procuradoria-Geral de Justiça reiterou o pedido anterior; g) os autos foram conclusos à relatora em **12/12/2019**, que determinou nova vista à Procuradoria-Geral de Justiça.

Após consulta à página eletrônica do TJPR, **verificou-se que, no dia 24/1/2020, o processo retornou com diligência e foi encaminhado para a área recursal.**

Dentro desse contexto, não identifico, a partir das informações referidas, o alegado constrangimento ilegal, visto que **foram realizadas diligências a fim de dar cumprimento ao requerimento ministerial, formulado em segunda instância.**

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é firme ao asseverar que **o quantum de pena imposta ao réu – no caso, 28 anos de reclusão – deve ser considerado na análise do lapso transcorrido para o julgamento do recurso. Na hipótese, não constato ser desproporcional o decurso de cerca de oito meses desde a prolação da sentença.**

Ilustrativamente:

[...]

1. Esta Corte tem reiterada jurisprudência no sentido de que **a análise do excesso de prazo para o julgamento**

da apelação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória. (Precedentes.)

2. No caso em tela, **o paciente encontra-se custodiado desde 6/4/2017 e foi condenado, no dia 25/10/2019**, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, 34, *caput*, e 35, c/c o art. 40, inciso V, todos da Lei n. 11.343/2006, e no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, ao cumprimento das **penas de 18 (dezoito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado**, e 1 (um) ano de detenção, no regime aberto, e 10 (dez) dias-multa, no piso, por infração ao art. 12 da Lei n. 10.826/2003, negado o direito de recorrer em liberdade.

3. A defesa interpôs apelação no dia 22/1/2019 e, em 4/7/2019, o Desembargador relator determinou a intimação da defesa para apresentar razões recursais. Ademais, há notícia de que o Ministério Público estadual ofereceu parecer e, **no dia 20/8/2019, os autos foram conclusos ao relator.**

4. **O andamento do recurso está dentro dos limites da razoabilidade**, sendo aceitável o prazo de 10 meses desde o aviamento da apelação até a presente data.

5. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

6. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois destacada no decreto a **periculosidade do paciente**, evidenciada pela **expressiva quantidade de droga apreendida** – aproximadamente **389kg (trezentos e oitenta e nove quilos) de cocaína**. Mostra-se inequívoca, dessa forma, a necessidade da manutenção da custódia para garantia da ordem pública.

7. A técnica de motivação *per relationem* revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes.

8. Ordem denegada.

(HC n. 492.024/SP, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 19/12/2019, grifei).

À vista do exposto, denego a ordem.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Relator